

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.216 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 7 DE DEZEMBRO DE 2000

Estrangeiro poderá ser autorizado a explorar bens submersos no país

PÁGINA 9



A homenagem a Capanema vai marcar o centenário de nascimento do ex-ministro

Plenário homenageia Gustavo Capanema

PÁGINA 9

Dono da Traffic fala à CPI sobre o contrato da Nike com a CBF

PÁGINA 9



Comissão de Orçamento aprova crédito suplementar de R\$ 26,4 bi

As 81 solicitações feitas pelo governo federal e acolhidas pela comissão mista serão agora votadas pelo Congresso Nacional. Os recursos destinam-se sobretudo à Previdência Social, às estatais, à amortização da dívida pública e à folha de pessoal e encargos sociais

PÁGINA 4

SENADO DEFINE CRITÉRIOS PARA A FIXAÇÃO DE TAXAS DE CARTÓRIOS

PÁGINA 3



O projeto aprovado pelos senadores também cria um programa especial para desenvolver a região, constituída por diversos municípios de Sergipe e Alagoas

Vai à Câmara projeto que autoriza região integrada no São Francisco

PÁGINA 3

CAE acolhe correção da tabela do Imposto de Renda

PÁGINA 7

A atualização da tabela foi proposta por Paulo Hartung



Idosos poderão ter preferência em processos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) acatou ontem dois projetos que dão prioridade de tramitação aos procedimentos judiciais que tenham como parte pessoa com mais de 65 anos de idade.

PÁGINA 6

Com a presença dos presidentes do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e da Câmara, Michel Temer (foto), foi celebrada ontem missa de confraternização, no Salão Negro do Congresso.

PÁGINA 10

Maguito quer Goiás, Tocantins e DF fora do horário de verão

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) pretende excluir da região em que vigora o horário de verão os estados de Goiás e Tocantins e o Distrito Federal. É o que prevê projeto de sua autoria apresentado em novembro e encaminhado inicialmente à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O senador recorda, na justificativa da proposta, que o horário de verão foi implantado pela primeira vez na Europa durante a I Guerra Mundial, quando a economia exigia o racionamento de energia. Na sua opinião, porém, a medida só tem real utilidade quando praticada em regiões de grandes latitudes,



Maguito vê muito sacrifício para pouca economia

como o continente europeu, onde os dias são muito mais longos durante o período de verão. “Ao contrário do que se verifica nas grandes latitudes, na linha do Equador a duração dos dias e das noites é praticamente a mesma ao longo do ano inteiro”, compara Maguito, lembrando que o Brasil é o único país do Hemisfério Sul a adotar o horário de verão. Na região do Distrito Federal, observa o senador, o dia mais longo do ano dura 13 horas e quatro minutos — tem apenas uma hora e quatro minutos extras de sol.

Essa pequena vantagem, de acordo com o senador, não compensaria o sacrifício feito pelos trabalhadores que têm de acordar cedo e se deslocar, ainda no escuro, para os seus locais de trabalho. Ele considera ainda “pouco expressiva” a economia de energia realmente obtida com a implantação do horário de verão em Goiás e no Distrito Federal.

ACM prevê aprovação no Senado de projetos contra a sonegação

Presidente da Casa saudou as votações realizadas esta semana pela Câmara, considerando as propostas “importantes para o país”

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, qualificou ontem de “boas e importantes” as votações realizadas esta semana pela Câmara dos Deputados, onde foi aprovado projeto que reforça o poder da Receita Federal para combater os crimes de sonegação fiscal, além do projeto que cria o Fundo de Combate à Pobreza. Em entrevista, Antonio Carlos disse acreditar que os projetos de combate à sonegação fiscal poderão ser aprovados rapidamente pelo Senado, sem modificações.

— Nosso desejo é resolver esse assunto o mais rápido possível, pois é importante para o país — acrescentou o senador.

O Fundo de Combate à Pobreza, aprovado pela Câmara, já foi anteriormente aprovado pelos senadores. O projeto que permite à Receita Federal cruzar dados da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) com as declarações do Imposto de Renda das



Antonio Carlos Magalhães espera que os projetos sejam votados rapidamente no Senado

para R\$ 180. Um dos projetos busca acabar com a elisão fiscal (planejamento tributário que as empresas usam para explorar brechas legais e reduzir a carga de tributos). O outro permite à Receita quebrar o sigilo bancário dos suspeitos de sonegação.

Ambas as propostas estão na pauta de votação da Câmara dos Deputados.

Essa proposta se articula com outros dois projetos para dar ao governo meios de reduzir a evasão de impostos no país e arrecadar recursos para elevar o salário mínimo dos atuais R\$ 151

Orçamento pode ser votado até o dia 15

Após participarem da missa de confraternização de final de ano do Congresso Nacional, ontem, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, tiveram uma primeira reunião para discutir a votação do Orçamento Geral da União para 2001 e a convocação extraordinária do Legislativo no início do ano que vem.

Antonio Carlos manifestou a esperança, em entrevista concedida após a reunião com Temer, de que o Orçamento seja votado até o próximo dia 15, graças aos acordos que permitiram desobstruir a pauta de votações na Câmara dos Deputados. Os projetos de interesse do governo para combater a sonegação fiscal, que começaram a ser aprovados pela Câmara e deverão ser enviados ao Senado, terão prioridade nas votações, acrescentou Antonio Carlos.

De acordo com o presidente do Senado, os trabalhos legislativos neste ano poderão terminar no próximo dia 15. Já a convocação extraordinária do Congresso Nacional, necessária em função da reedição de medidas provisórias, poderá ocorrer entre 10 e 15 de janeiro. Antonio Carlos Magalhães anunciou um outro encontro com o deputado Michel Temer para concluir os entendimentos.



AGENDA

QUINTA-FEIRA, 7 DE DEZEMBRO DE 2000

Presidente
Antonio Carlos Magalhães

10h — Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa ordinária

Hora do Expediente: destinada a homenagear Gustavo Capanema pelo centenário de seu nascimento.
Pauta: PLC nº 31/99, altera a Lei nº 7.542/86, que regulariza a pesquisa e exploração de bens afundados e submersos em águas de jurisdição nacional; PR nº 79/2000, altera a Resolução nº 78/98, do Senado, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; PDL nº 257/99, renova a concessão à Rádio Globo de São Paulo para serviço de radiodifusão sonora em onda média em São Paulo (SP); PDL nº 174/2000, autoriza a Associação Comunitária Dehoniana a executar serviço de radiodifusão comunitária em Pindaré-Mirim (MA); PDL nº 195/2000, que outorga permissão à Fundação Francisco Cambrá para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada em Itapetecina (MG); e Requerimentos nºs 570 e 571, de 2000, do senador Edison Lobão, solicitando que sobre o PLS 125/2000 sejam ouvidos também a Comissão de Assuntos Econômicos e a de Constituição, Justiça e Cidadania.

COMISSÕES

9h30 — CPI do Futebol

Pauta: depoimento do diretor-presidente do Traffic, J. Hawilo. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

9h30 — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: PLS nº 204/2000, que dispõe sobre o registro de aparelhos telefônicos celulares pelo sistema denominado pré-pago, tornando obrigatória a manutenção, pelas empresas operadoras, do respectivo cadastro; instalação da subcomissão permanente destinada a analisar acidentes que acarretam danos ao meio ambiente; Diversos nº 38/99, que encaminha ao Senado cópia da Decisão nº 351/99, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, sobre acompanhamento de procedimento licitatório para a concessão de áreas voltadas para a exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural (TC-005.109/99-0); PLS nº 109/99, altera o parágrafo único do art. 7º da Lei nº 9.478/97, que dispõe sobre a política energética nacional; e PLS nº 63/89, que dispõe sobre a construção de logradouros, de edifícios de uso público e de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência, nos termos dos artigos 227, parágrafo 2º, da Constituição Federal. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 11

17h — Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Pauta: depoimento do advogado Pedro José Coelho Pinto, sobre a Denúncia nº 1/2000 (contra o senador Luiz Otávio). Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6

PREVISÃO

PLENÁRIO

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Aprovadas novas regras para custas de cartório

Projeto acolhido pelo Senado regulamenta dispositivo da Constituição. Texto estabelece que deverão ser levados em conta a natureza pública e o caráter social dos serviços notariais e de registro

Os estados e o Distrito Federal fixarão o valor dos emolumentos pagos pelos atos notariais e de registro, devendo esses valores corresponder ao efetivo custo e remuneração dos serviços prestados. Projeto nesse sentido, enviado pelo governo, foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado e vai agora à sanção presidencial.

Já aprovado na Câmara, o texto regulamenta dispositivo da Constituição segundo o qual lei federal estabelecerá normas gerais para a fixação desses emolumentos. Conforme o projeto, os estados e o Distrito Federal levarão em conta, ao fixar os valores, a natureza pública e o caráter social dos serviços notariais e de registro. O projeto também determina que os emolumentos constarão de tabelas e serão expressos em moeda corrente do país.

O projeto proíbe estabelecer como base de cálculo de emolumentos valores não equivalentes ao negócio jurídico realizado, salvo no caso de imóveis, quando prevalecerá o maior valor estabelecido entre o valor do contrato, a avaliação judicial e a tributação fiscal. O texto proíbe também instituir taxa sobre

os emolumentos.

As normas valem para os cartórios de notas, registro civil, registro de imóveis e de títulos e documentos, entre eles os cartórios judiciais. O projeto teve o voto contrário dos senadores Roberto Freire (PPS-PE), Paulo Hartung (PSDB-ES), Heloísa Helena (PT-AL), Eduardo Suplicy (PT-SP), Maguito Vilela (PMDB-GO), José Eduardo Dutra (PT-SE) e Geraldo Cândido (PT-RJ).

Relator da matéria, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) explicou que o projeto atende a uma exigência constitucional e que o assunto ainda demandará muita discussão no âmbito dos estados. Ele se manifestou contrário a emenda proposta pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), que acabou sendo rejeitada.

Os senadores Roberto Freire e Heloísa Helena manifestaram-se contra o projeto. Freire lembrou que o *lobby* dos cartórios foi um dos mais poderosos que atuaram na Assembléia Nacional Constituinte e que a atividade cartorial no Brasil é um verdadeiro "presente de príncipe". Heloísa Helena disse que, se a atividade cartorial não desse lucro, os que a conduzem não continuariam realizando esse serviço público.



Projeto sobre emolumentos dos atos notariais e de registro foi aprovado após debate em plenário

Plenário autoriza programa para desenvolver região do São Francisco

Com 61 votos favoráveis e um contrário, o Senado aprovou ontem projeto dos senadores Maria do Carmo Alves (PFL-SE) e Renan Calheiros (PMDB-AL) autorizando o Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Velho Chico e a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento da área. O texto agora vai à deliberação da Câmara.

O projeto regulamenta os artigos 21, 43 e 48 da Constituição, que tratam da formulação de planos regionais de desenvolvimento. A região administrativa será integrada pelos municípios de Neópolis, Santana de São Francisco, Propriá, Cedro de São João, Telha, Brejo Grande, Ilha das Flores e Pacatuba, no estado de Sergipe, e de Penedo, Piaçabuçu, Igreja Nova, São Brás e Porto Real do Colégio, no estado de Alagoas.

Lembrando que as desigualdades regionais têm sido uma grande preocupação dos nordestinos, Maria do Carmo Alves disse que pouco se fez até hoje para reduzir os efeitos da seca no Semi-árido. Em sua opinião, a criação de regiões administrativas de desenvolvimento vem ao encontro da redução das desigualdades regionais. Ela apontou as regiões de desenvolvimento do Distrito Federal e de Juazeiro e Petrolina como dois exemplos que indicam a conveniência da criação da Região de



Maria do Carmo diz que pouco se fez até hoje para reduzir os efeitos da seca no Semi-árido

Desenvolvimento da Foz do Rio São Francisco.

Renan Calheiros se manifestou nos mesmos termos, assim como o senador Hugo Napoleão (PFL-PI), que falou de projeto de sua autoria que instituiu a Região Integrada da Grande Teresina, capital do Piauí. Também se congratularam com a iniciativa os senadores Heloísa Helena (PT-AL), Paulo Hartung (PSDB-ES), José Eduardo Dutra (PT-SE) e Romero Jucá (PSDB-RR).

Relator da matéria, o senador Edison Lobão (PFL-MA) disse que a região será uma catapulta do desenvolvimento de todas as cidades situadas na foz do São Francisco. Ele observou que, por decisão do próprio Judiciário, já está definido que os projetos de natureza autorizativa, uma vez sancionados, passam a vigor imediatamente.

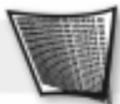
CAE promoverá seminário sobre dolarização na América Latina

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realizará em março do próximo ano seminário para tratar da dolarização da economia de vários países da América Latina. Segundo o relator do Grupo de Trabalho sobre Assuntos Monetários da CAE, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), a dolarização avança na região com a adesão do Equador à moeda norte-americana e a possibilidade de que o mesmo ocorra em El Salvador e no México. Além disso, as autoridades governamentais dos Estados Unidos e economistas de renome têm defendido que os países latino-americanos, inclusive o Brasil, desistam de suas moedas.

Do seminário participariam vários especialistas no tema, entre eles o economista Celso Furtado; o deputado Delfim Netto (PPB-SP); o presidente do Banco Central, Armínio Fraga; o ex-ministro da Fazenda Rubens Ricúpero; o economista Paulo Nogueira Batista Jr.; e o diretor do Instituto de Estudos Internacionais do Itamaraty, Samuel Pinheiro Guimarães. Os dois últimos falaram brevemente sobre o tema na sessão de ontem da CAE. Segundo Nogueira Batista, o Brasil corre o risco de ficar cercado de países dolarizados, inclusive a Argentina.

Emissoras recebem autorização para funcionar

Em votação simbólica, o Senado aprovou ontem decretos legislativos autorizando o funcionamento da Rádio Jornal do Povo, de Limeira (SP), e do Sistema de Comunicação Rio Bonito, de Gurupi (TO). As duas emissoras exploram serviço de radiodifusão em ondas médias. Os decretos vão agora à promulgação.



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUARTA-FEIRA, 6 DE DEZEMBRO DE 2000

1 Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2000 (nº 4.653/98, na Casa de origem). Presidente da República. Regulamenta o § 2º do art. 236 da Constituição federal, mediante o estabelecimento de normas gerais para a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro. Parecer nº 1.165/2000-CCJ. Relator: Senador Lúcio Alcântara, favorável. Aprovado. Lida e rejeitada a Emenda nº 1-Plen. À sanção.

2 Projeto de Lei do Senado nº 42, de 2000-Complementar. Senadora Maria do Carmo Alves e senador Renan Calheiros. Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento, e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento da Foz do Velho Chico. Parecer nº 1.067/2000-CCJ. Relator: Senador Edison Lobão, favorável. Aprovado. Votaram: Sim: 61 Não: 01 Abst: 00 Total: 62 A matéria vai à Câmara dos Deputados.

3 Projeto de Decreto Legislativo nº 282, de 1999 (nº 152/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Jornal do Povo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Limeira, estado de São Paulo. Parecer nº 276/2000-CE. Relator: Senador Geraldo Althoff, favorável, com abstenção do senador Geraldo Cândido. Aprovado. À promulgação.

4 Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2000 (nº 209/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que outorga concessão ao Sistema de Comunicação Rio Bonito Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Gurupi, estado do Tocantins. Parecer nº 240/2000-CE. Relator: Senador Leomar Quintanilha, favorável, com abstenção do senador Geraldo Cândido. Aprovado. À promulgação.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

Comissão de Orçamento aprova R\$ 26,4 bi em novos créditos

Recursos, que incluem remanejamento de verbas, têm como principal origem o excesso de arrecadação de R\$ 7,4 bilhões obtido pela União

A Comissão Mista de Orçamento aprovou 81 pedidos de novos crédito e de remanejamento de verbas para dezenas de órgãos do Executivo, do Judiciário e do Congresso, no valor total de R\$ 26,49 bilhões. Do total, R\$ 15,9 bilhões são oriundos de excesso de arrecadação e de novos empréstimos, enquanto os remanejamentos



Amir Lando é o relator-geral do projeto de Orçamento para 2001

somam R\$ 10,59 bilhões. Os créditos agora serão votados pelo Plenário do Congresso.

O dinheiro será usado até o dia 31 deste mês e a maior parte se destina a folha de pessoal e encargos sociais (R\$ 4,7 bilhões), gastos para amortizar a dívida pública (R\$ 5 bilhões), investimentos das estatais (R\$ 6,4 bilhões) e à Previdência (R\$

6,8 bilhões). Os pedidos de crédito foram encaminhados ao Congresso pelo governo em outubro, mas não haviam sido votados porque o PT vinha obstruindo a votação até que fossem definidas as fontes de financiamento para elevar o salário mínimo.

Durante as votações, parlamentares da oposição e até da base governista criticaram o governo por ter cortado, no início deste ano, recursos das emendas parlamentares, sob o argumento de que o Congresso havia reestimado de forma exagerada a arrecadação federal para 2000. Agora, técnicos da Comissão de Orçamento constataram que o governo obteve um excesso de arrecadação de R\$ 7,4 bi-

lhões e que o Congresso estava correto ao reestimar as receitas de impostos e contribuições para 2000.

Além do excesso de arrecadação, os novos créditos são beneficiados por dinheiro proveniente de operações de crédito (R\$ 4,6 bilhões) e superávit financeiro do Tesouro Nacional (R\$ 3,9 bilhões). Levantamento dos técnicos do Congresso mostra que, até agora, o governo já gastou 84,3% das previsões orçamentárias com pessoal. As liberações de verbas para investimentos têm o menor percentual de liberação, mal passando de 23% do total previsto para o ano.

A área mais beneficiada pelos novos créditos é a Previdência Social, que receberá R\$ 5 bilhões. As estatais ligadas ao Ministério de Minas e Energia receberão a mais R\$ 4,7 bilhões. O Ministério da Defesa, R\$ 1,3 bilhão; e o da Saúde, R\$ 747 milhões a mais.

Senado votará ainda este mês projetos contra a sonegação

O Senado deve apreciar ainda este mês dois projetos, aprovados ontem pela Câmara dos Deputados, que se destinam a combater a sonegação fiscal e fazem parte do acordo entre o Palácio do Planalto e o relator-geral do Orçamento, senador Amir Lando (PMDB-RO), para viabilizar o aumento do salário mínimo para R\$ 180.

O primeiro projeto flexibiliza o sigilo bancário, permitindo que a Receita Federal peça à Justiça acesso à movimentação financeira de suspeitos de sonegar Imposto de Renda. A novidade é que o juiz terá 72 horas para se manifestar. Caso isso não ocorra, o processo irá para o presidente do tribunal. Este também terá 72 horas. Não havendo decisão, o pedido será considerado aceito.

A segunda proposta busca impedir que as empresas utilizem de forma abusiva brechas legais para redução de Imposto de Renda a pagar (conhecida como elisão fiscal). Assim, os fiscais poderão desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de reduzir o pagamento de imposto.

Votação de nova fonte financeira para hospitais fica para terça-feira

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) adiou para terça-feira a votação do projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que permite aos hospitais universitários e de ensino destinar parte de seus leitos a pacientes que possuem planos ou seguros de saúde.

A votação foi adiada em virtude de oito

emendas, apresentadas por Tião Viana (PT-AC) e Sebastião Rocha (PDT-AP). Elas garantem que os recursos captados sejam também revertidos na ampliação de leitos e recuperação dos hospitais, dão preferência ao atendimento de pacientes do SUS e fixam em 25% o número de leitos destinados a quem não tem planos ou seguros de saúde.

Rocha diz que os hospitais universitários e de ensino passam por dificuldades financeiras e, por isso, devem ter uma nova fonte de recursos, como propõe o projeto, mas sem prejudicar os mais humildes, que buscam atendimento gratuito.

Viana concordou e informou que muitos hospitais universitários estão sendo desativados, por não terem condições de sobreviver. Para ele, abrir esses hospitais aos que têm planos de saúde é viável, mas deve ser estabelecida uma quota mínima



Heloisa (D) é contra destinar leitos de hospitais universitários a pacientes com planos de saúde

para pacientes do SUS.

Alcântara chegou a propor a retirada da matéria de pauta. Ele informou que o objetivo principal da medida era dotar apenas os hospitais universitários e de ensino de melhores condições financeiras.

Heloisa Helena (PT-AL) disse que votaria contra o projeto. O motivo, afirmou, é que, na prática, ele poderia diminuir os já poucos leitos hospitalares das unidades médicas universitárias para os mais necessitados. Criticou também o pagamento diferenciado da hotelaria hospitalar entre os pagantes e os não-pagantes, como prevê o projeto, assinalando tratar-se de mais uma discriminação contra pacientes do SUS.

O relator, Geraldo Althoff (PFL-SC), atendendo a solicitação do presidente da CAS, Osmar Dias (PSDB-PR), prometeu entregar até amanhã um novo relatório.

Empresas terceirizadas também poderão participar das Cipas

As empresas que prestam serviços de terceirização também poderão participar das comissões internas de prevenção de acidentes (Cipas), desde que prestem serviço no local de trabalho da empresa principal. É o que estabelece projeto da senadora licenciada Marina Silva (PT-AC), aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), com relatório favorável de Moreira Mendes (PFL-RO). A matéria segue agora para exame da Câmara.

Segundo Marina Silva, a proposta busca atender às mudanças econômicas e trabalhistas que apontam para a crescente terceirização das atividades empresariais. Com isso, ficam fora das Cipas milhões de trabalhadores, que não participam das decisões sobre prevenção de acidentes.

A CAS também aprovou projeto do senador Edison Lobão (PFL-MA) que estende o prazo de suspensão do exercício da profissão de médico de 30 dias para até dois anos. O

objetivo, conforme Lobão, é atualizar as penas aplicáveis pelos conselhos regionais de medicina.

Em decisão terminativa, a CAS aprovou ainda projeto do senador Arlindo Porto (PTB-MG) que concede às cooperativas de produtores rurais, destinadas à contratação de trabalhadores temporários, o direito de recolher contribuição previdenciária nas mesmas bases do recolhimento dos produtores rurais individuais.

A Comissão de Assuntos Sociais acolheu projeto da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) que torna obrigatória a manutenção, por 18 anos, de prontuários médicos individuais ou familiares. A proposta permite que os pacientes e seus parentes tenham acesso a toda documentação.

Foi rejeitado projeto da ex-senadora Luzia Toledo que estendia de dois para cinco dias a licença a que o trabalhador tem direito em decorrência de falecimento do cônjuge ou parente próximo.

PARA ONDE VÃO AS VERBAS SUPLEMENTARES APROVADAS

	Em R\$ milhões
Ministério da Previdência Social	5.047
Ministério de Minas e Energia	4.776
Ministério da Defesa	1.397
Ministério da Fazenda	901
Ministério da Saúde	747
Ministério da Educação	688
Ministério dos Transportes	467
Judiciário	564
Ministério da Justiça	297
Ministério da Ciência e Tecnologia	176
Ministério da Agricultura	171
Congresso Nacional	145
Presidência da República	113
Ministério da Integração Nacional	115
Ministério do Trabalho e Emprego	76
Ministério das Relações Exteriores	63
Ministério Público da União	55
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	49
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	43
Ministério da Cultura	31
Ministério do Desenvolvimento Agrário	20
Ministério do Meio Ambiente	16
Ministério das Comunicações	15

CCJ aprova novas regras para ações de paternidade

Uma das inovações do projeto de lei, apresentado por Bernardo Cabral, é a possibilidade de realização de exame de DNA mesmo no caso de processos encerrados numa época em que a técnica não estava disponível

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou projeto de lei do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) que atualiza o Código Civil e estabelece também a união estável com mais de 180 dias, e não mais apenas o casamento civil, como fator de paternidade presumida.

Fica também incluída no Código Civil a paternidade por inseminação artificial, desde que autorizada pelo marido ou companheiro. A mesma presunção de paternidade se aplica aos nascidos nos 300 dias posteriores à dissolução da união. Em todos os casos, o estabelecimento de paternidade, em processos judiciais, dependerá do exame de DNA.

O projeto, relatado pelo senador José Fogaça (PMDB-RS), segue direto para exame da Câmara dos Deputados. Segundo Bernardo Cabral, a proposta busca adequar o Código Civil aos novos comportamentos sociais, à Constituição federal de 1988 e aos avanços científicos.

De acordo com o projeto de lei, a prova científica da paternidade, por meio do exame de DNA, poderá ser apresentada inclusive em ações judiciais encerradas quando a técnica ainda não estava disponível.

— Com a proposta, busco dar aos advogados mais recursos para lidar com uma matéria de tanta dificuldade, como é a investigação de paternidade — dis-

se o senador, ao manifestar o seu voto à matéria, aprovada por unanimidade.

Os senadores que integram a CCJ aprovaram também o projeto de lei, enviado pelo Executivo, que cria o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação. O objetivo do programa é estimular o desenvolvimento tecnológico nacional, por meio de programas de pesquisa entre universidades e o setor produtivo.

O projeto institui um tributo de 10% sobre o que as empresas pagam no exterior a título de *royalties*, compra ou aluguel de tecnologias. O projeto vai ainda a exame do Plenário. O senador Romeu Tuma (PFL-SP) havia apresentado substitutivo que, em vez do tributo, isentava as empresas em 50% do Imposto de Renda, para que aplicassem em tecnologia. Tuma, porém, retirou a emenda após acordo com a participação de técnicos do governo federal, o que permitiu a aprovação do parecer de Fogaça e a manutenção do texto original da proposta do Executivo, já aprovado pela Câmara.



A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania também aprovou o projeto que cria o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação

Comissão acata texto da convenção da OIT sobre os povos indígenas e tribais

Os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovaram na reunião de ontem relatório do senador Romeu Tuma (PFL-SP) favorável ao projeto de decreto legislativo que aprova convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os povos indígenas e tribais em países independentes.

A convenção, adotada pela Conferência Internacional do Trabalho de 1989, reconhece os direitos de propriedade e posse das terras aos povos indígenas. “A Constituição, ainda que reconheça aos índios os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, estabeleceu que o domínio das terras é da União”, explicou Tuma, que incluiu artigos ao projeto esclarecendo a situação legal definida pelos dispositivos constitucionais.

O texto, que passa a valer caso o Plenário do Senado aprove o

decreto legislativo, também estabelece que os índios têm direito aos recursos naturais existentes em seus territórios. Os recursos naturais, diz a convenção, devem ser protegidos e, no caso de utilização, os povos indígenas devem participar de sua administração.

— A ratificação da convenção vem sendo ansiosamente aguardada pelos povos indígenas do Brasil, que ao longo da história têm sido vilipendiados nos seus direitos e integridade física e socioeconômica. Nada mais justo que o Senado brasileiro, no momento em que se comemora os 500 anos do Descobrimento, preste a sua devida e efetiva homenagem a esses povos, aprovando o projeto de decreto legislativo — afirmou Tuma em seu parecer.

Por fazer restrição a alguns trechos da convenção, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) absteve-se na votação.



Primeira carteira de identidade poderá ter emissão gratuita

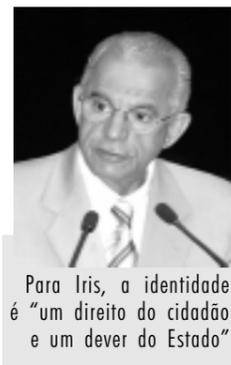
Em caráter terminativo, os membros da CCJ aprovaram o projeto do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) que determina que a emissão da primeira carteira de identidade seja gratuita. O projeto foi aprovado por unanimidade e seguirá direto à Câmara, caso não haja recurso para exame do Plenário.

— A prova de identidade constitui condição *sine qua non* para a prática de quase todos os direitos

civis e sociais, além de pressuposto para o exercício dos direitos políticos e econômicos. Trata-se, portanto, de um direito do cidadão e de um dever do Estado — afirma o relatório do senador Iris Rezende (PMDB-GO). Iris acrescenta que pelo menos 10 estados cobram taxas de R\$ 3 a R\$ 20 para emissão de carteiras de identidade, o que torna o documento proibitivo para milhões de jovens pobres e desempregados.

José Fogaça (PMDB-RS) e Bernardo Cabral (PFL-AM) elogiaram a iniciativa de Tebet, por acreditarem que o projeto complementa projetos já aprovados pelo Congresso, determinando a gratuidade de outros documentos, como as certidões de nascimento, de casamento e do Cadastro de Pessoa Física (CPF).

A CCJ aprovou também projeto de lei do Executivo que cria 70 vagas de defensor público da União de segunda categoria. O projeto, relatado por Tebet, complementa o que criou, em caráter provisório e emergencial, a Defensoria Pública da União, incluída na Constituição federal de 1988.



Para Iris, a identidade é “um direito do cidadão e um dever do Estado”

Segue para a Câmara projeto que obriga TV a usar legendas

Projeto que obriga as emissoras de televisão a incluírem legendas nos programas que levam ao ar foi enviado ontem à Câmara dos Deputados. De autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), a proposta tem como objetivo facilitar o acesso de portadores de deficiência auditiva aos programas televisivos. A matéria foi relatada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Também foi enviado à Câmara projeto que pune com maior rigor os responsáveis por brigas de animais previamente treinados, como galos, cães e canários. Aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a matéria é de autoria do senador Ramez Te-

bet (PMDB-MS) e foi relatada pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP). O projeto fixa penas de até um ano para os contraventores, prevendo a elevação em até dois terços, no caso de morte dos animais.

Outro projeto enviado à Câmara dos Deputados, de autoria do senador Hugo Napoleão (PFL-PI) e que recebeu parecer favorável de Edison Lobão (PFL-MA) na CCJ, autoriza o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs) a doar ao município de Alvorada do Gurguéia, no Piauí, o imóvel reconhecido como Perímetro Irrigado Gurguéia, com área total de 13,5 mil hectares, que encerra o perímetro urbano daquele município.

Idosos podem ter prioridade em ações judiciais

Comissão de Justiça do Senado aprova relatório favorável a dois projetos que dão preferência de tramitação aos processos em que pessoas com mais de 65 anos sejam partes interessadas. Decisão agora será do Plenário

Relatório do senador Romeu Tuma (PFL-SP), favorável a dois projetos que dão preferência de tramitação aos procedimentos judiciais em que pessoa com mais de 65 anos seja parte, foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A intenção da proposta é diminuir os efeitos prejudiciais da morosidade da Justiça, especialmente entre os mais idosos.

Na opinião do relator, as causas judiciais se prolongam por tanto tempo que, quando há uma decisão final, muitas vezes as pessoas interessadas já morreram, frustrando, portanto, o sentido de justiça. "Nada mais cruel que uma pessoa ter que esperar tantos anos.



Romeu Tuma: ações chegam ao final quando as pessoas interessadas já morreram

Por vezes a pessoa ganha a causa depois de morta", completou o senador Jefferson Péres (PDT-AM).

— São diversos momentos em que a Constituição declara e prevê normas de amparo e proteção dos idosos. A sociedade e o Estado devem assegurar a participação das pessoas idosas na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à

vida — afirmou Tuma.

Em seu relatório, Tuma deu preferência ao projeto de lei do deputado Milton Temer (PT-RJ), por estar em estágio de tramitação mais avançado, e, por isso, decidiu pelo arquivamento de projeto do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), que ainda não havia sido apreciado pela Câmara dos Deputados. A matéria se-

gue para apreciação do Plenário.

CADERNOS ESCOLARES

A CCJ também aprovou relatório do senador Amir Lando (PMDB-RO), favorável à proposta de emenda à Constituição que dá imunidade tributária aos cadernos escolares e ao papel destinado à sua impressão. A matéria, de autoria do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), altera o artigo 150 da Constituição e deve ser apreciada pelo Plenário em dois turnos, antes de seguir para a Câmara dos Deputados.

— Os cadernos escolares constituem item indispensável ao cotidiano das crianças e dos jovens, merecendo, dessa forma, que se favoreça sua aquisição — afirma Rocha na

justificativa de sua proposta.

O senador José Fogaça (PMDB-RS) destacou que, assim como os livros didáticos, que não podem ser taxados segundo a Constituição, os cadernos são essenciais no processo educativo.

— Da vedação constitucional de se criar imposto sobre livros, jornais, periódicos e sua principal matéria-prima, o papel, resulta o barateamento deles, com reflexos positivos nas atividades culturais e educativas. A mesma proibição é garantia de que o imposto não poderá ser utilizado para tolher ou dificultar a livre manifestação do pensamento, a crítica e a propaganda partidária — argumenta o relatório do senador Amir Lando.

CCJ debate redução da campanha eleitoral

A leitura do relatório do senador José Jorge (PFL-PE) deu início à discussão do projeto de lei do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que reduz prazos da legislação, de modo a diminuir o período de campanha eleitoral. Segundo Bornhausen, a intenção é a redução de custos, especialmente



Bornhausen quer diminuir custos das campanhas eleitorais

no momento em que o Congresso debate o financiamento público de campanhas.

Ao final da discussão, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) pediu vista do relatório de José Jorge, que deve voltar à pauta da comissão na próxima reunião.

Para Bornhausen, a aprovação do seu projeto é a primeira medida que deve ser tomada para que o financiamento público de campanhas seja viabilizado. Sua proposta adia por 50 dias o início das campanhas, transferindo as convenções partidárias do início de junho para agosto. Pela Lei Eleitoral em vigor, a pro-

paganda eleitoral só pode ser iniciada depois de formalmente escolhidos os candidatos nas convenções.

O senador argumentou que os anos eleitorais coincidem ou com a realização de Olimpíadas ou de Copa do Mundo de Futebol, eventos geralmente realizados em julho. Assim, disse ele, com a opinião pública voltada para os eventos esportivos, "os candidatos ficam falando sozinhos, o que, com a utilização de recursos públicos, será mais grave ainda". O projeto também adia por dez dias a data de início da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV e antecipa a realização do segundo turno em uma semana.

CONSÓRCIOS PÚBLICOS

De acordo com relatório do senador Djalma Bessa (PFL-BA), a CCJ decidiu apresentar ao Plenário requerimento sugerindo a tramitação conjunta de projetos de lei dos senadores Geraldo Althoff (PFL-SC) e Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB)

que disciplinam a formação de consórcios entre estados e municípios para a prestação de serviços públicos. Bessa, entretanto, adiantou ser favorável ao mérito da proposta, pois considera positiva a regulamentação legal da constituição de consórcios públicos.

Na reunião de ontem, a CCJ, presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN), aprovou ainda requerimento do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que solicita a realização de audiência pública para instruir o projeto de lei que define a responsabilidade de magistrados. Jefferson sugere que representantes da Associação dos Magistrados Brasileiros, da Ordem dos Advogados do Brasil e o jurista Miguel Reale Júnior participem da reunião.

Os senadores também aprovaram requerimento do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) que pede a realização de audiência pública sobre Defensoria Pública com a participação de representantes do Sindicato dos Defensores Públicos de Mato Grosso do Sul e da Associação Nacional dos Defensores Públicos.



O Conselho de Ética ouviu também Lucimalva Saraiva Barbosa (D), ex-advogada do Banco do Brasil

Advogado depõe no Conselho de Ética sobre empréstimo no Pará

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ouviu, ontem, o advogado José Raimundo Farias Canto, ex-chefe da assessoria jurídica do Banco do Brasil no Pará. O conselho vem investigando denúncias da participação do senador Luiz Otávio (sem partido-PA) no desvio, em 1992, de R\$ 13 milhões do BNDES, destinados à construção de 13 balsas e repassados pelo Banco do Brasil para o grupo Rodomar — do qual o senador Luiz Otávio foi indiciado pela Polícia Federal por crime contra a economia popular.

Luiz Otávio afirma que o Banco do Brasil usou o dinheiro destinado às balsas para se resarcir de débitos anteriores. No entanto, o advogado afirmou aos senadores que a ação de

busca e apreensão ajuizada em 1995 pelo banco contra a empresa Rodomar incluiu os débitos referentes ao empréstimo para a construção de balsas.

COBRANÇA

Além de José Raimundo, foi ouvida a advogada Lucimalva Saraiva Barbosa, que também trabalhou na instituição até 1998. Questionada pelos senadores Heloísa Helena (PT-AL) e Juvêncio da Fonseca (PFL-MS), Lucimalva disse que não lembrava detalhes do processo, mas explicou que as fraudes envolvendo o desvio de recursos vieram à tona após o ajuizamento da ação, que cobrava à Rodomar um montante de R\$ 80 milhões.

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ouviu hoje, às 11h, o advogado Pedro José Coelho Pinto, atual chefe da assessoria jurídica do BB no Pará.

Comissão elogia trabalho da CPI do Narcotráfico

O trabalho da CPI do Narcotráfico da Câmara recebeu elogios, durante a reunião de ontem da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. Na presença do deputado Moroni Torgan (PFL-CE), presidente da CPI, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) disse que

as investigações na Câmara escancararam a realidade do narcotráfico no Brasil. "Assim, o país dá uma resposta àqueles que acreditam que não temos condições de lidar com o problema", afirmou. Imediatamente, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) associou-se às palavras do senador paulista.

O presidente da CCJ, senador José Agripino (PFL-RN), também destacou a coragem de Moroni Torgan e dos demais membros da comissão, por não se terem intimidado, pedindo o indiciamento de mais de 800 pessoas, inclusive políticos e policiais.

Advogado acusa Serasa, que se defende em audiência

Em reunião na Comissão de Assuntos Econômicos, Edilson Galdino garante que há 116 milhões de brasileiros com cadastro negativo na empresa, cujo presidente, Elcio de Lucca, desmente: os inadimplentes seriam 13,8 milhões

O advogado Edilson Galdino Vilela de Souza disse que 116 milhões de brasileiros têm cadastro negativo na Serasa, empresa que cadastra inadimplentes para clientes públicos e privados. Em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ontem, o advogado afirmou ter tido acesso a informações pessoais de 167 autoridades brasileiras registradas nos arquivos da empresa.

Edilson de Souza entregou aos senadores uma denúncia de 271 páginas, que, segundo ele, comprova 12 crimes cometidos pela empresa. As denúncias foram veiculadas em reportagens exibidas pela Rede Bandeirantes de Televisão no final de novembro. Ele chegou a chorar, em seu pronunciamento perante a CAE, ao afirmar que abdicou da profissão de advogado para pesquisar as atividades da empresa.

Também presente à audiência, o presidente da Serasa, Elcio Anibal de Lucca, repudiou o que chamou de "falsas denúncias". Segun-

do ele, o advogado não trouxe qualquer documento autêntico que comprovasse as informações. Para Lucca, trata-se de uma "aventura temerária do denunciante, que não resiste ao confronto com a solidez e segurança que a Serasa emprega nas suas atividades". Ele informou que o denunciante está sendo processado pela empresa na 6ª Vara Federal de Curitiba.

Lucca afirmou que não são 116 milhões, mas 13,8 milhões de cidadãos inscritos no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) que estão na lista negra da Serasa. De acordo com ele, a empresa apenas fornece a seus clientes informações para proteção do crédito.

O presidente da Serasa exibiu uma fita de vídeo em que são contestadas, uma a uma, as acusações. Em primeiro lugar, afirmou que a empresa não dispõe de qualquer informação protegida pelo



Edilson (segundo à esquerda), Suassuna, Bello Parga e Elcio de Lucca, na audiência da CAE

sigilo bancário.

Em seguida, afirmou ser impossível a consulta a um nome imediatamente após a inscrição de dados, já que a Serasa somente acrescenta informações ao cadastro dez dias depois de ter acesso a elas. A segurança nas informações é garantida em certificado ISO 9000 obtido pela empresa, que tem 32 anos de existência e mantém contrato com mais de mil entidades de classe, como associações comerciais e sindicatos.

Elcio de Lucca informou também que as informações exibidas pela televisão sobre dados bancários, financeiros e comerciais de

cidadãos ou empresas foram montadas a partir de um manual de produtos da Serasa utilizado para treinamento de novos clientes. Para ele, o teor da reportagem "foi notoriamente sensacionalista e desprovido de qualquer argumentação".

Lucca disse que a desmoralização dos serviços de proteção ao crédito, além do inadimplente contumaz, interessa apenas à indústria do dano moral e aos fraudadores. Ele afirmou que Edilson de Souza tem 38 processos de pessoas que supostamente teriam sido incluídas indevidamente no cadastro da Serasa na Justiça paranaense.

CAE aprova correção da tabela do IR para 2001

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto de autoria do senador Paulo Hartung (PPS-ES) que determina a atualização monetária da tabela do Imposto de Renda para a declaração do ano de 2001 com base no ano fiscal de 2000. Na prática, se a mudança for transformada em lei e publicada ainda este ano, haverá uma redução do IR descontado na fonte dos assalariados e um aumento dos limites de dedução por gastos com educação e saúde.

Como a decisão da CAE é terminativa, o projeto seguirá diretamente para a Câmara dos Deputados, a não ser que haja recurso da decisão, caso em que o Plenário do Senado votará a matéria. Segundo Hartung, seria a oportunidade de incluir no projeto o índice da correção anual obrigatória das tabelas do IR – o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPC-A). O projeto de Hartung prevê a correção anual com base na Unidade Fiscal de Referência (Ufir), hoje utilizada somente para corrigir as dívidas dos contribuintes com a Receita Federal. Se o projeto for aprovado pelas duas Casas ainda este ano, as tabelas para a próxima declaração serão corrigidas em 28,4%. Um dos efeitos, nessa hipótese, é que os contribuintes que recebem até R\$ 1,1 mil passariam a ficar isentos do desconto mensal do IR. Hoje esse limite é de R\$ 900.

– O governo está promovendo tributação disfarçada – disse Hartung, que teve seu projeto defendido na CAE pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM). Este discordou do relator, senador Luiz Otávio (sem partido-PA), que apresentou substitutivo prevendo a correção das tabelas, mas apenas para o exercício de 2001 em diante e sem a obrigatoriedade da atualização anual. Em atenção ao apoio geral dos membros da CAE aos termos originais da proposta, Otávio acabou abrindo mão do substitutivo.

A CAE também aprovou na sessão de ontem duas mensagens do Executivo relativas a pedidos de operações de crédito externo.

Eduardo pede que Ministério Público investigue denúncias

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), autor do requerimento de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) sobre as atividades da Serasa, pediu que as denúncias do advogado Edilson Galdino Vilela de Souza contra a empresa sejam encaminhadas ao Ministério Público.



Eduardo: cidadão tem dificuldade para tirar nome da Serasa

O senador lamentou que o acusador tenha obtido, no computador de seu gabinete, todas as informações sobre um funcionário que lá trabalha, apenas por ter sido avalista de outra pessoa.

Eduardo informou que recebeu milhares de mensagens informando sobre inscrições irregulares no cadastro de inadimplentes da Serasa. Lamentou a dificuldade que o cidadão comum tem para retirar seu nome do rol de maus pagadores, enfrentando filas imensas e maus-tratos dos funcionários da empresa. O senador aguarda que o Banco Central (BC) envie as informações que pediu

sobre as atividades da empresa. Diretores do BC também devem falar na CAE, atendendo a requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS).

O presidente da Serasa, Elcio de Lucca, disse que seu acusador não poderia ter obtido os dados, já que o contrato estabelecido com a empresa não admite este uso da informação fornecida. Afirmou que uma empresa de Edilson foi cliente da Serasa, tendo sido descredenciada devido a irregularidades. Elcio de Lucca disse que apenas pessoas legalmente autorizadas podem ter acesso aos cadastros da Serasa.

O senador Eduardo Siqueira Campos também lamentou as afirmações do presidente da Serasa, que qualificou a reportagem sobre a empresa exibidas pela Rede Bandeirantes de Televisão de "tendenciosas". Para ele, a emissora contribuiu positivamente ao lançar a discussão sobre as atividades da Serasa.

Atividades da empresa são questionadas por senadores

Na audiência pública da CAE sobre as atividades da Serasa, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) questionou se os dados pessoais e relativos à inadimplência fornecidos a seus clientes não seriam uma quebra do sigilo pessoal. O parlamentar duvida da legalidade do cadastro gerido pela Serasa.

– Vamos proceder à análise jurídica do funcionamento da empresa na liberação desses dados. Estou convencido de que o cadastro é vulnerável, e não estou convencido de sua legalidade – afirmou o senador.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou a audiência pública solicitada pelo senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO). Segundo ele, esta é a melhor maneira de se esclarecer a natureza do serviço. Suplicy defendeu uma legislação para se prevenir ações de



Requião duvida da legalidade do cadastro mantido pela Serasa

proteção ao crédito que a sociedade não queira.

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) afirmou que o serviço prestado pela Serasa, de acesso restrito às empresas que pagam por ele, funcionaria como uma maçonaria, com informações a que o cidadão comum não tem acesso. Segundo ele, o serviço deveria também informar ao cidadão comum sobre a idoneidade de comerciantes.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) mencionou projeto de lei de sua autoria, já aprovado pelo Senado e tramitando na Câmara, que resguarda a divulgação de dados pessoais. Por sua vez, o senador Lomar Quintanilha (PPB-TO) salientou a necessidade de mais clareza nos critérios adotados pela Serasa para constituir seu banco de dados.

Simon: PMDB é que decidirá sua posição sobre a Mesa

Senador reconhece como “assunto sério” as denúncias de irregularidades na Sudam, que, segundo ele, estão sendo devidamente investigadas, mas rejeita interferência na bancada de seu partido e adverte que “saber perder” faz parte da vida



Para Heloísa Helena, a ética não pode ser “um código moral particular que silencia ou grita quando convém”

Oposição não foge ao debate da ética, afirma Heloísa Helena

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) afirmou ontem que os partidos do Bloco Oposição não fugiram nem fugirão ao debate sobre a ética, desde que ela não seja “um código moral particular que silencia ou grita quando convém”. Ela lembrou que esse debate tem sido “abafado” no Senado pelos partidos que compõem a maioria e a base parlamentar de apoio ao governo, que agora disputam a presidência da Casa defendendo a bandeira da ética e da moralidade.

Heloísa Helena solicitou, como prova da seriedade em relação ao tema, a convocação de uma sessão extraordinária para enquadrar o ministro da Fazenda, Pedro Malan, em crime de responsabilidade por se negar a fornecer informações solicitadas através de 11 requerimentos sobre operações bancárias e declarações fiscais do ex-secretário do presidente da República, Eduardo Jorge, e de parentes próximos. O senador Hugo Napoleão (PFL-PI) concordou com a queixa de Heloísa Helena em relação ao ministro da Fazenda, mas garantiu que Malan não se furtará a prestar qualquer esclarecimento solicitado pelo Senado.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) esclareceu que a oposição sempre propôs e defendeu a realização de um debate entre os candidatos à presidência do Senado e os demais senadores. O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) disse que, depois dos pronunciamentos feitos na tarde de ontem, o Senado não pode mais fugir à responsabilidade da investigação das denúncias e acusações.

Para o senador Ademir Andrade (PSB-PA), a disputa entre ACM e Jader é “intriga da base do governo, uma disputa entre partidos que sustentam a política do presidente Fernando Henrique Cardoso”. O senador Tião Viana (PT-AC) não aceitou a tese do senador Pedro Simon (PMDB-RS) de que quem não tiver culpa deve jogar a primeira pedra. “Não podemos aceitar a afirmação de que todo político brasileiro é ladrão.”

Em pronunciamento sobre as exigências feitas pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, de apuração e de providências contra denúncias de irregularidades cometidas com recursos públicos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), o senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que o assunto é sério, está sendo investigado devidamente e envolve “uma questão importante, séria e significativa: a eleição para as presidências do Senado e da Câmara”. Nesse quadro, acrescentou, a maior bancada, tradicionalmente, indica o candidato.

— ACM não gosta do senador Jader, acha que ele não é a pessoa ideal para a presidência do Senado — observou,

afirmando, no entanto, que a bancada do PMDB é que decidirá a questão e que “interferir na bancada não é da tradição”. “Saber perder, saber que suas idéias não são sempre as vitoriosas faz parte da vida”, completou.

Quanto às denúncias relativas à Sudam, o senador gaúcho felicitou Antonio Carlos por trazer “pronunciamentos de ímpeto a favor da moralização e da ética” e ter conseguido o que as sucessivas denúncias apresentadas nos meios de comunicação não obtêm: o



Pedro Simon: maior bancada tradicionalmente indica o candidato

secretário executivo do Ministério da Integração Nacional exonerou-se do cargo e o ministro Fernando Bezerra determinou investigação na Sudam por grupo especial de trabalho composto por representantes do Ministério Público, do Tribunal de Contas da União e da Secretaria da Receita Federal.

Além disso, acrescentou Simon, as denúncias foram apresentadas à Mesa do Senado e ao Conselho de Ética, que, por unanimidade, encaminhou o assunto à Procuradoria.

Simon referiu-se ainda a denúncias de que o “embaixador da Bahia em Brasília”, Rubens Gallerani, teria atuação inclusive dentro do Senado. Elas motivaram explicação, em nota à imprensa, do primeiro-secretário da Mesa, senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB). Simon questionou por que as denúncias não foram submetidas a sindicância interna.

Em apelo “do fundo do coração”, o senador finalizou dizendo que Antonio Carlos já tinha cumprido seu papel de fazer as denúncias e que a investigação e punição dos culpados cabe agora ao Poder Judiciário, convidando o presidente do Senado a manter o tradicional jantar de confraternização dos senadores.

ACM pede ao Conselho de Ética que apure denúncias

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) pediu que o Conselho de Ética do Senado investigue o envolvimento do líder do PMDB, Jader Barbalho (PA), em possíveis irregularidades na liberação de recursos pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Além disso, afirmou o presidente do Senado, o Judiciário, o Ministério Público e o Executivo devem tomar as providências cabíveis à apuração. Segundo Antonio Carlos, as verbas desviadas totalizam cerca de R\$ 200 milhões e envolvem a concessão de benefícios ilegais a 35 empresas por meio de projetos superfaturados, documentação forjada, declarações de renda fictícias e notas fiscais fraudulentas. “As acusações são muito sérias e precisam ser averiguadas”, afirmou.

O senador baiano voltou a acusar Jader de ser o responsável pelas indicações dos dois últimos superintendentes da Sudam e apresentou novas denúncias de superfaturamento e irregularidades no órgão.

Antonio Carlos disse que o senador Pedro Simon (PMDB-RS) foi contraditório em sua análise sobre a apuração das irregularidades na Sudam. Em pronunciamento feito momentos antes, o parlamentar gaúcho sugeriu que Antonio Carlos faz vigorosas acusações ao líder do PMDB, mas não tem o mesmo ímpeto quando possíveis irregularidades são apontadas contra outros políticos. Em resposta, o presidente do Senado disse que Simon, “que se julga o demolidor dos corruptos”, prometeu abordar, em seu pronunciamento, os desvios de recursos naquela superintendência, mas “não deu uma palavra sequer” sobre o assunto.

Antonio Carlos anunciou também



Antonio Carlos: verbas desviadas totalizam cerca de R\$ 200 milhões

que, “atendendo a uma insinuação feita por Simon”, sobre irregularidades nas concorrências feitas pelo Senado durante sua presidência, determinaria imediatamente a abertura de sindicância para averiguar as compras realizadas nos últimos anos pelas Casa.

Em outro pronunciamento, Antonio Carlos Magalhães refutou em plenário as acusações, feitas momentos antes por Jader Barbalho, de que seria um dos donos da empreiteira OAS e de que teria um patrimônio superior ao declarado à Receita Federal. Antonio Carlos chamou de falsas as afirmações de Jader, de que teria “laranjas” trabalhando a seu favor.

— Podem me fazer acusações de ordem política, mas ninguém pode me acusar de ladroagem — disse, refutando também as insinuações de que teria participação nas irregularidades que teriam sido praticadas pelo ex-representante do governo da Bahia, Rubens Gallerani.

Antonio Carlos chegou a defender uma comissão parlamentar de inquérito, como sugeriu a líder do Bloco Oposição, senadora Heloísa Helena (PT-AL), para apurar as acusações que têm sido trocadas entre os dois senadores. Ele negou que tenha contas fantasmas, e afirmou que suas declarações de renda dizem a verdade.

O senador disse ter provas de que Jader recebeu da OAS, em mãos, R\$ 50 mil, e que depois mais R\$ 50 mil teriam sido entregues a Luiz Gonzaga, que funcionaria como “laranja” do presidente do PMDB. Segundo Antonio Carlos, há pelo menos 25 pessoas operando como “laranjas” de Jader Barbalho.

Jader rebate acusações e também quer investigação

O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) rebateu as acusações feitas pelo senador Antonio Carlos Magalhães de que teria participação nas supostas irregularidades ocorridas na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Ele manifestou-se de pleno acordo no



Jader Barbalho garante que não tem responsabilidade sobre os atos da Sudam

sentido de que sejam realizadas as investigações necessárias, inclusive pelo Senado, para elucidar os ilícitos que possam ter sido cometidos e punir os responsáveis.

Registrando que nunca comandou a Sudam, nem tem procuração para defender os seus dirigentes, Jader disse que não pode ser responsabilizado por ter feito a indicação política do ex-superintendente da instituição, Maurício Vasconcelos, acusado diretamente por Antonio Carlos. Ele registrou que o indicado detém ótimo currículo, e já exerceu vários postos na administração federal, inclusive a chefia do Gabinete Civil da Presidência da República no governo José Sarney.

— Quero saber em que sou responsável neste episódio. Desejo saber de alguma acusação fatídica, e, se houver, desejo apuração. Não posso aceitar de forma alguma que um homem público seja incriminado pelo simples fato de ter indicado alguém. E não só eu sou responsável por indicações públicas. Há pessoas no Senado responsáveis por um imenso número de indicações políticas, e eu não cometeria a levandade e a injustiça de responsabilizá-los pelo exercício de terceiros — afirmou Jader Barbalho.

O senador explicou que, atenden-

do a apelos de senadores de diversos partidos, vinha adiando seu pronunciamento sobre as acusações feitas por Antonio Carlos. Recordando o dia 5 de abril deste ano, quando ele e o presidente da Casa trocaram acusações, Jader disse que sua intenção era evitar um atrito que pudesse prejudicar a imagem do Senado.

Jader também leu carta que endereçou ao jornalista Villas-Bôas Corrêa, referindo-se às acusações sobre a Sudam. Na correspondência, ele disse que a revista *Veja* havia sido estimulada por Antonio Carlos para iniciar uma operação de desgaste de sua imagem, ao publicar reportagem sobre a evolução do seu patrimônio. Ele contestou as informações da reportagem e levantou dúvidas sobre os motivos que levaram o semanário a não abordar também a evolução patrimonial do presidente do Senado.

Várias acusações contra Antonio Carlos foram feitas por Jader Barbalho. Entre elas a de ter “adulterado criminosamente” o texto da medida provisória sobre o setor automotivo para garantir a instalação da Ford na Bahia. Ele também falou em um processo que tramita há seis anos na Vara Federal de São Paulo, em que a Construtora OAS é acusada de ter “transferido criminosamente” para o exterior US\$ 500 milhões. Jader afirmou que a OAS pertenceria a Antonio Carlos e seus parentes. Outra acusação é a de que o presidente do Senado teria legislado em causa própria na criação do Proer, “que drenou” US\$ 6 bilhões para cobrir dívidas do Banco Econômico dirigido por “seu sócio” Ângelo Calmon de Sá.



A senadora Emilia Fernandes preside a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CI poderá ter órgão para avaliar danos ambientais

A instalação de subcomissão permanente destinada a analisar acidentes que acarretem danos ambientais está na pauta da reunião que a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) realizará hoje, a partir das 9h30. A criação do novo órgão foi proposta pelo senador Geraldo Cândido (PT-RJ) e aprovada em novembro pela comissão.

De acordo com Cândido, os vazamentos de óleo envolvendo a Petrobras em várias localidades do país evidenciaram a falta de uma política mais eficaz na defesa do meio ambiente e a necessidade de um órgão permanente de controle e fiscalização para a área.

Além desse item, a comissão também deve votar projeto do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) que obriga as empresas de telefonia celular a manterem cadastro dos usuários de telefones pré-pagos. Relator da matéria, Geraldo Cândido vai apresentar parecer favorável à aprovação.

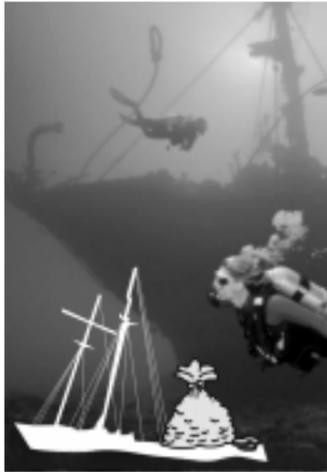
Também consta da pauta a apreciação de relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o acompanhamento que fez do processo de licitação para a concessão de áreas voltadas à exploração e produção de gás natural.

Plenário vota projeto sobre exploração de bens submersos

Senadores apreciarão proposta, já aprovada pela Câmara, que autoriza brasileiros e estrangeiros a explorar bens afundados no mar territorial

O Senado vota hoje projeto de lei da Câmara que autoriza brasileiros e estrangeiros a explorar bens submersos ou afundados no mar territorial brasileiro. O texto estabelece que quem fizer o resgate terá direito a receber até 40% do valor do bem retirado do fundo do mar. Estabelece também que os bens de valor histórico, artístico ou arqueológico ficarão em poder da União.

Atualmente, a lei apenas permite que empresas brasileiras explorem os navios submersos. Para o autor da proposta, deputado Fábio Feldman (PSDB-SP), apesar de aparentemente garantir ao Brasil a propriedade desses bens, a lei atual desestimula a pesquisa e incentiva a pirataria. Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE)



apresentou parecer favorável à iniciativa.

Ainda hoje, o Plenário vota projeto dos senadores Ricardo Santos (PSDB-ES) e Gerson Camata (PMDB-ES) destinado a alterar a Resolução 78/98, que dispõe so-

bre as operações de crédito dos estados, Distrito Federal, municípios e respectivas autarquias e fundações.

Na mesma sessão, serão votados decretos autorizando o funcionamento das seguintes emissoras: Rádio Globo, de São Paulo; Associação Comunitária Dehoniana, de Pindaré-Mirim (MA); e Fundação Francisco Cambraia, de Itapeerica (MG).

O Senado Federal vai destinar a Hora do Expediente de hoje a homenagear o ex-ministro da Educação Gustavo Capanema pelo transcurso do seu centenário de nascimento. A homenagem foi requerida pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG), que será um dos oradores, junto com José Alencar (PMDB-MG), Arlindo Porto (PTB-MG) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE). (Ver matéria ao lado.)



Gustavo Capanema foi senador, deputado federal e ministro da Educação e Saúde Pública

Senadores homenageiam o ex-ministro Capanema

O Senado presta homenagem a partir das 10h de hoje a Gustavo Capanema pelo centenário de seu nascimento. Na ocasião, será lançado o livro *Gustavo Capanema – A Revolução na Cultura*, do ex-senador Murilo Badaró. Advogado, professor e político, o mineiro Capanema ocupou quase todos os postos públicos do país: foi secretário do Interior e da Educação do governo de Minas, interventor interino daquele estado, ministro da Educação e Saúde Pública, deputado federal e senador.

Capanema foi responsável pela criação das faculdades nacionais de Filosofia e de Arquitetura, da de Ciências Econômicas, da Escola Normal de Educação Física, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Instituto Nacional do Livro e do de Estudos Pedagógicos, além do Serviço Nacional de Teatro. Ele incentivou campanhas sanitárias e reformou o ensino secundário, industrial e comercial, e foi um defensor do ensino do Latim no ensino secundário.

Em todos os cargos que ocupou, valorizou as artes do país e incentivou a renovação arquitetônica e urbanística do Brasil. Segundo historiadores, uma de suas maiores ousadias foi construir o edifício do MEC, atual Palácio da Cultura, marco da arquitetura de vanguarda.

No livro de Murilo Badaró, o autor rememora a trajetória pública e reconstitui a vida de Capanema, que nasceu a 10 de agosto de 1900 no município de Pitangui (MG). Além de relatar os feitos do ex-ministro, a obra traz textos escritos sobre o biografado por Carlos Drummond de Andrade, Oscar Niemeyer, Carlos Castelo Branco e Afonso Arinos, entre outros.

CPI do Futebol ouve hoje empresário que intermediou contrato entre a Nike e a CBF

A comissão parlamentar de inquérito do Senado que está investigando irregularidades no futebol brasileiro reúne-se hoje, a partir das 9h30, para ouvir o dono da empresa Traffic Marketing Esportivo, empresário José Hawilla. Ele deverá falar sobre a intermediação que sua empresa fez para viabilizar o contrato firmado em 1997 entre a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e a Nike.

A parceria da Traffic com a CBF foi assinada em 1989. O acordo prevê que cabe à empresa administrar os direitos comerciais da marca CBF e a permissão para ex-

plorar a imagem da Seleção Brasileira de Futebol em todas as categorias, no que diz respeito a *merchandising*, licenciamento e transmissão de TV.

As informações referentes aos sigilos bancário e fiscal da Traffic já se encontram transferidas para a CPI do Futebol. Entre outras apurações, os integrantes da comissão desejam investigar se houve sonegação fiscal e evasão de divisas decorrentes do contrato CBF/Nike, intermediado pela empresa. Na próxima quarta-feira, após a Ordem do Dia, será ouvido o presidente da CBF, Ricardo Teixeira.



O senador catarinense Geraldo Althoff é o relator da CPI que investiga o futebol brasileiro

Instituto Teotonio Vilela discute a entrada do Brasil na Alca

Com apoio das embaixadas do Canadá e dos Estados Unidos, o Instituto Teotonio Vilela deu início ontem, no Hotel Nacional de Brasília, ao seminário internacional "Integração Hemisférica – Dimensões Políticas, Econômicas e Sociais", em que acadêmicos, políticos e representantes do governo discutirão o pos-

sível ingresso do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca). O Instituto Teotonio Vilela é entidade ligada ao PSDB.

O evento foi aberto com palestra do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que defendeu a integração hemisférica assentada em blocos sub-regionais e na criação de meca-

nismos que favoreçam a ação de empresas, inclusive as de menor porte. Ele também pregou participação mais direta do Legislativo na formação das políticas e a criação de Parlamento continental, a exemplo da União Européia.

Participam do encontro o embaixador Graça Lima, do Núcleo de

Coordenação da Alca do Ministério das Relações Exteriores; Carol Wise, professor da School of Advanced International Studies, de Washington; e Felix Peña, do Conselho Argentino de Relações Internacionais.

O seminário também pretende avaliar as reais repercussões da Alca na América Latina.

Comissão aprova reintegração do Dnocs à administração pública

Comissão mista aprovou ontem parecer favorável à medida provisória que reintegra à administração federal o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs). O texto acolhido pelos parlamentares que redefine a competência desse departamento modifica sua estrutura e autoriza a doação de bens e a cessão de pessoal a estados, para assegurar a descentralização dos seus serviços.

O relator da matéria, senador Wellington Roberto (PMDB-PB) disse que a MP traduz o acordo resultante de reivindicação da bancada nordestina, que levou ao presidente da República sua

inconformidade com a extinção do órgão. Ele considerou fundamental esse novo modelo institucional, que "dota o Dnocs dos recursos e instrumentos necessários ao enfrentamento dos desafios que sua missão impõe".

A MP altera a lei que criou o Dnocs, que agora fica autorizado a doar os açudes do seu patrimônio que não sejam considerados relevantes. Para que sejam doados, esses açudes devem ser localizados em rios que não ultrapassem o domínio estadual. A MP também dispõe que a doação de cada açude deverá ser precedida de análise técnica e jurídica.



Além de parlamentares, servidores da Casa participaram da missa oficiada pelo arcebispo de Brasília

Arcebispo celebra missa de fim de ano no Congresso

Presidentes do Senado e da Câmara, além de deputados e senadores, participaram da celebração conduzida por dom José Freire Falcão

O arcebispo de Brasília, dom José Freire Falcão, celebrou ontem, no Salão Negro do Congresso Nacional, a missa de confraternização de Natal e de encerramento de ano do Congresso. A cerimônia teve a participação do Coral do Senado.

Perante um número expressivo de parlamentares e funcionários de ambas as Casas, o senador Antonio Carlos Magalhães, presidente do Senado Federal, e o deputado Michel Temer, presidente da Câmara dos Deputados, fizeram a

leitura da Oração Universal.

Outros textos foram lidos por parlamentares durante a missa. A senadora Heloísa Helena, a deputada Esther Grossi e o senador Osmar Dias leram, respectivamente, fragmentos do livro do profeta Isaías, do Salmo Responsarial e da Carta aos Hebreus.

O Coral do Senado, sob a regência da maestrina Glicínia Mendes, apresentou *Glória* (Vivaldi), *Halleluhyah* (Händel), *Cântico de Maria* (Buryl Red), *Agnus Dei*

(John Levitt) e *Laudate Dominum* (Mozart).

Entre os presentes estavam os senadores Geraldo Melo, Carlos Patrocínio, José Sarney, Agnelo Alves, Eduardo Suplicy, Iris Rezende, Maguito Vilela, Nabor Júnior, Emilia Fernandes, Geraldo Althoff, o deputado Inocêncio Oliveira e o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia.

Após a comunhão, o Coral do Senado apresentou um *pot-pourri* com músicas natalinas.

Lançada no Senado a Rede Virtual de Bibliotecas

A Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional foi lançada ontem com cerimônia na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado. Estiveram presentes ao lançamento o senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), o diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, e a diretora da biblioteca, Simone Bastos Vieira. A rede, coordenada pelo Senado, é resultado da fusão virtual das bibliotecas do Senado, da Câmara dos Deputados e de bibliotecas do Poder Legislativo, Executivo e Judiciário. Agora, qualquer pessoa pode, pela Internet, consultar o acervo dessas bibliotecas e reservar livros pelo endereço www.senado.gov.br.

Na inauguração, Agaciel Maia afirmou que a rede faz parte do projeto da atual comissão diretora do Senado, com objetivo de fortalecer a in-

formação, por considerá-la a matéria-prima da atuação parlamentar. Iniciativas como a criação do jornal, da rádio e da TV Senado fazem parte desse processo. Já Simone Bastos Vieira destacou a importância do uso de novas tecnologias da informação e informou que 500 mil registros bibliográficos foram instalados no

novo sistema.

Podem ser encontradas na Rede Virtual de Bibliotecas informações sobre qualquer artigo da Constituição, relatórios ministeriais e presidenciais da época do Brasil Império e da Primeira República, gravuras, mapas, obras raras e até um manuscrito de Machado de Assis.



Simone Bastos, senador Ronaldo Cunha Lima e Agaciel Maia (ao microfone) participam do lançamento da rede que integra 14 bibliotecas

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 – *Cidadania* – Senador Lúcio Alcântara e o deputado federal Paulo Delgado falam sobre psiquiatria e manicômios
7h30 – *Entrevista* – O poeta J. C. Ramos fala de poesia e do combate à Aids
8h – *Jornal do Senado*
8h30 – *TV Escola* – Uma TV cheia de histórias – São Mamede/PB
9h – *Entrevista* – Senador Ernandes Amorim fala sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal
9h30 – *CPI do Futebol* (ao vivo)
10h – *Sessão Plenária* (ao vivo)
14h30 – *Sessão Plenária* (reapresentação)
18h30 – *Entrevista* – Senador Ernandes Amorim fala sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal
19h – *Cores do Brasil* – Pernambuco
19h30 – *Cidadania* – Senador Lúcio Alcântara e o deputado federal Paulo Delgado falam sobre psiquiatria e manicômios
20h30 – *Entrevista* – O poeta J. C. Ramos fala de poesia e do combate à Aids
21h – *Jornal do Senado*

21h30 – *CPI do Futebol* (gravado)

Logo após – *Sessão Plenária* (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – *Agenda Senado*
Em seguida – Música e informação
9h30 – *CPI do Futebol* (vivo)
10h – *Sessão Plenária do Senado* (vivo)
Em seguida – Música e informação
14h30 – *CPI do Futebol* (reprise)
Em seguida – Música e informação
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste
Em seguida – Música e informação
0h – *Sessão Plenária do Senado* (reprise)
Em seguida – Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal
DirecTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tecsat: canal 17
Internet: www.senado.gov.br
Antena Parabólica – Sistema Digital:
• Satélite: B1
• Transponder: 1 BE (Banda Estendida)
• Polarização: Vertical
• Frequência: 3.644,4 MHz
• Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
• Antena: 3,6 m
• PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG-2 DVB
• Symbol Rate: 3,2143Ms/s
• FEC: 3/4
Antena Parabólica – Sistema Analógico:
• Satélite: B1
• Transponder: 11 A-2 (canal 8)
• Polarização: Horizontal
• Frequência: 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (relada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

• Frequência de recepção: Banda L1.465,600 Mhz
• Satélite: Brasilsat B2
• Polarização: Vertical (RX)
• Modo: Joint-Stereo
• Taxa: 128 Kbps-BPSK
• Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Para Álvaro Dias, pedágio nas estradas é exorbitante

Senador observa que os setores produtivos são os mais prejudicados. "O alto custo dos pedágios causa indignação e revolta", afirma

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) criticou ontem a cobrança exorbitante de pedágios em estradas brasileiras. Analisando a situação da malha rodoviária no país, ele chamou atenção para os novos reajustes, com índices acima da inflação e sem qualquer investimento ou melhoria nas estradas. "O alto custo dos pedágios causa indignação e revolta", disse.

Álvaro Dias salientou que a construção de rodovias, no Brasil, é feita tradicionalmente com verbas orçamentárias. "A população está pagando em dobro para trafegar em estradas de baixa qualidade", afirmou, destacando a situação do estado do Paraná, em que rodovias com pistas simples têm cabines para pedágios. Ele lembrou que os setores produtivos são os que mais perdem, já que na maioria das vezes não têm outro modo, além das rodovias, para escoar a produção.

Citando artigo publicado em outubro pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, intitulado "O Custo dos Pedágios", Álvaro Dias disse que o governo deveria, antes de privatizar, debater a situação com os setores prejudicados pelos altos pedágios. Ele classificou de

apressada a privatização das rodovias brasileiras e frisou que a legislação mal elaborada não estabelece limites à quantidade de estradas passíveis de pagamento de tarifa.

Álvaro Dias comparou a privatização das estradas brasileiras e a cobrança exagerada de pedágios com o sistema norte-americano, que de início serviu de argumento para quem pretendia passar o controle das estradas para o setor privado. Segundo o senador, apenas 0,2% da malha rodoviária norte-americana tem cobrança de pedágio. Por outro lado, salientou, quem quiser trafegar em outras estradas, sem pedágio, dispõe de alternativas.

— Entre os grandes centros populacionais e produtivos dos EUA não há pedágio — disse, apontando ainda para o alto poder aquisitivo dos norte-americanos. Para o senador, no Brasil prevaleceu apenas a preocupação de arrecadar recursos. Ele lembrou que 5,9% da rede viária brasileira — justamente a parcela mais importante



Álvaro compara situação brasileira com a norte-americana e diz que aqui prevaleceu apenas a preocupação de arrecadar

— estão sob o controle da iniciativa privada, e criticou o governador do Paraná, Jaime Lerner, por privatizar rodovias estaduais em contratos que classificou de "lesivos" para a população.

Em aparte, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) apoiou Álvaro e mencionou um pedágio em Teresópolis (RJ), que dividiu a cidade e tem inviabilizado pequenos negócios. "Quem quiser passar, na mesma cidade, de um lado a outro, paga R\$ 4,00", disse.

Jonas Pinheiro alerta que unificação de terras indígenas pode gerar conflitos

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) alertou para a possibilidade de conflito nas terras dos índios xavantes, em Mato Grosso, caso a Fundação Nacional do Índio (Funai) decida unificar as atuais reservas, incorporando as terras do município de Nova Nazaré (MT). Essa providência desalojará um total de cinco mil pessoas, dos quais 150 proprietários rurais já estabelecidos desde 1970 e 250 assentados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Segundo Jonas, as atuais reservas de Areões e Pimentel Barbosa, na região leste de Mato Grosso, ocupam cerca de 218 mil hectares. Caso venha a ocorrer a sua unificação, poderão ser incorporados mais 250 mil hectares, elevando a área para 468 mil hectares, para alojar uma população de



Jonas: simples presença dos técnicos que estão mapeando as terras já tem provocado prejuízos

aproximadamente mil índios, informou o senador.

Jonas Pinheiro explicou que a simples presença dos técnicos do grupo que está mapeando as terras já tem provocado prejuízos à

população local com a paralisação dos investimentos produtivos e perdas decorrentes da desvalorização das terras. Além disso, o sentimento de revolta reinante entre as pessoas pode gerar conflitos entre brancos e indígenas, que vivem em harmonia há décadas, argumentou.

O senador disse reconhecer a necessidade de que as reservas indígenas sejam mantidas dentro de limites que possibilitem a esses grupos étnicos viver em harmonia e dentro de seus padrões culturais. Observou, no entanto, que "é preciso evitar que os reais objetivos das reservas sejam utilizados para camuflar outros interesses, que nada têm a ver com os índios". Ele também considera inaceitável que a ampliação de reservas gere conflitos e prejudique as atividades econômicas da região.

Viana propõe que condenado perca concessão de rádio

Para evitar chantagens e achques contra autoridades, empresários e cidadãos, o senador Tião Viana (PT-AC) está propondo que pessoas condenadas em processos criminais pela Justiça percam a concessão para operar em rádio e televisão. A proposta está contida em projeto de lei apresentado na terça-feira.

Ontem o senador discursou em plenário para pedir apoio ao projeto que, segundo ele, não fere o direito constitucional à liberdade de expressão. Conforme Tião Viana, no âmbito estadual e municipal, principalmente em pequenas localidades, há donos de meios de comunicação que se aproveitam do poder que têm para chantagear homens públicos e empresários, além de oprimir grupos minoritários.

— Eles roubam recursos públicos, usam as emissoras para lavar dinheiro do narcotráfico e extorquem políticos ameaçando publicar notícias negativas — disse Viana.

O projeto apresentado pelo senador acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 236/67, a fim de que a condenação criminal, com sentença transitada em julgado, do concessionário ou permissionário de serviço de radiodifusão seja motivo para a perda da concessão ou permissão. Para que isso aconteça, a



Tião Viana pretende evitar chantagens e achques contra autoridades, empresários e cidadãos

Justiça terá que ser acionada e emitir uma sentença determinando a cassação.

Tião Viana explicou que há casos em que, mesmo presos, criminosos continuam a comandar um meio de comunicação com a utilização de prepostos. Para ele, o Estado não pode manter num meio de comunicação, com grande influência sobre a sociedade, um indivíduo condenado por essa mesma sociedade.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) relatou que em seu estado também há casos de chantagem e achaque partidos de donos de emissoras. Ele citou o caso de um comerciante que reagiu às pressões de uma emissora e quase foi à falência, arrastado por uma onda de notícias sobre sua suposta bancarrota.

Ricardo Santos defende o aperfeiçoamento do Pronaf

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) sugeriu alterações no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Na avaliação do senador, o programa é a mais ampla experiência de desenvolvimento local, integrado e sustentável em execução no país, mas são necessárias medidas para aperfeiçoá-lo, como o fortalecimento dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural; o enquadramento de novos municípios no Subprograma de Infra-Estrutura e Serviços Municipais e a melhoria do processo de capacitação de agricultores.

Porém a medida mais importante, de acordo com o senador, é a expansão e regularização do fluxo de recursos para o crédito rural orientado aos produtores. O crédito, sustenta, é um instrumento fundamental para viabilizar a implemen-



Ricardo Santos elogia o Pronaf, mas sugere medidas para torná-lo mais efetivo

tação das atividades produtivas dos agricultores familiares.

— Não se pode correr o risco, no caso das linhas de financiamento do Pronaf, de transformá-las em crédito rural convencional, à semelhança dos financiamentos concedidos à agricultura nas décadas de 70 e 80 — afirmou.

Apesar de registrar o crescimento das aplicações de crédito nas várias modalidades do Pronaf, o senador assinalou a dificuldade que a Secretaria Nacional de Agricultura Familiar e a Coordenação Nacional do Programa vêm encontrando para liberar os recursos. Ricardo Santos disse que, no Espírito Santo, dos R\$ 73 milhões previstos para custeio da safra 2000/2001, apenas R\$ 55 milhões foram liberados. O senador encaminhou à diretoria do Banco do Brasil pedido para a liberação do restante dos recursos.



Ramez Tebet: Conselho de Ética decidiu enviar ao Ministério Público documentos sobre o caso

Tebet defende atuação do MP em denúncias

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que foi acertada a decisão do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado de enviar ao Ministério Público a documentação referente a denúncias de irregularidades contra os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Jader Barbalho (PMDB-PA).

Como presidente do conselho, Tebet afirmou não querer ser envolvido "nessa batalha que se trava entre os dois". Ele garantiu que o envio não decorreu de uma decisão individual sua, mas da unanimidade dos integrantes do conselho.

Ademir quer incorporação dos 11,98% para servidor

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) defendeu a incorporação, aos vencimentos dos servidores dos poderes Judiciário e Legislativo e do Ministério Público, dos 11,98% referentes à defasagem provocada pela conversão do cruzeiro real para Unidade Real de Valor (URV) quando da implantação do Plano Real em 1994. O senador explicou que, ao ser reeditada, a medida provisória que determinou a correção da defasagem omitiu a norma de que a conversão deveria ser feita na data do efetivo pagamento dos servidores, no caso, o dia 20.

Isso teria estabelecido uma discriminação entre aqueles servidores e os trabalhadores da iniciativa privada, que tiveram seus salários convertidos levando em consideração a data do efetivo pagamento, enquanto os salários dos primeiros foram corrigidos no último dia de cada um dos quatro meses anteriores à conversão. Para Ademir, todas as categorias de trabalhadores deveriam ter recebido tratamento isonômico, uma vez que se encontravam em situações jurídicas semelhantes.

Machado quer maior controle das pesquisas eleitorais

Projeto do senador proíbe as empresas pesquisadoras de trabalharem simultaneamente para um veículo de comunicação e um partido político

Os institutos de pesquisa de opinião pública poderão ser obrigados, em anos eleitorais, a escolher se atenderão encomendas dos meios de comunicação ou de candidatos e partidos políticos. Projeto apresentado pelo senador Sérgio Machado (PSDB-CE) proíbe essas empresas de prestarem serviços simultaneamente aos dois tipos de clientes. O objetivo é evitar eventual influência de partes interessadas nos resultados das pesquisas.

— Parece-me evidente que a vinculação da empresa, mediante contrato, a um cliente que é parte interessada no processo — o candidato — implica a assunção de um dos partidos em jogo — diz Machado na justificativa do projeto, que tramita em caráter terminativo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). "Essa posição é incompatível com a perspectiva ne-



Sérgio Machado considera insuficiente a atual regulamentação sobre as pesquisas eleitorais

cessariamente isenta de quem trabalha para uma empresa de comunicação", sustenta.

Machado considera insuficiente a atual regulamentação referente à realização e divulgação de pesquisas eleitorais. E afirma que seu projeto pretende limitar o que considera uso indevido das pesquisas na formação da vontade do eleitor. Os contratos feitos pelas empresas com candidatos e meios de comunicação, observa o senador,

muitas vezes acabam colocando sob suspeita os resultados dos levantamentos eleitorais.

A regulamentação das pesquisas, afirma ainda Sérgio Machado, torna-se mais importante à medida em que elas têm cada vez maior influência sobre os próprios resultados das eleições. "As pesquisas anunciariam profecias com capacidade de auto-realização e constituiriam uma seleção primeira, um turno eleitoral zero, prévio à eleição."

Projeto sobre silicone será votado quarta-feira, diz Rocha

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) informou ontem que seu substitutivo ao projeto que regulamenta o uso médico do silicone será votado na próxima quarta-feira, dia 13, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O senador informou ter decidido pela proibição do uso médico do silicone líquido, que seria liberado apenas para a oftalmologia, em casos de descolamento de retina. O substitutivo determina ainda que os pacientes que forem se submeter à cirurgia de implante de prótese de silicone devem ser informados das vantagens e riscos do procedimento e assinar documento autorizando o procedimento.

O senador comentou ainda "a grande alegria" por que passaram os bra-

seiros com a vitória do tenista catarinense Gustavo Kuerten, o Guga, na Copa do Mundo de Tênis. A vitória posicionou Guga no primeiro lugar do *ranking* mundial de tênis. Para Rocha, é importante para um país pobre como o Brasil produzir homens vitoriosos como Guga.

Sebastião Rocha também comentou o episódio ocorrido com o governador de São Paulo, Mário Covas, que se emocionou em entrevista coletiva ao falar de sua doença, um câncer na bexiga. Rocha disse que "Covas é um guerreiro" e manifestou sua solidariedade à família do governador. Na avaliação de Sebastião Rocha, Mário Covas está debilitado com a doença e tem o futuro político comprometido.



Sebastião Rocha preparou substitutivo que restringe à oftalmologia o uso do silicone líquido



Hugo Napoleão: o encontro "foi abrilhantado" pelos debates sobre a reforma do Judiciário

Napoleão elogia encontro de tribunais de Justiça

O senador Hugo Napoleão (PFL-PI) cumprimentou ontem o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, desembargador Luiz Gonzaga Brandão de Carvalho, pela realização no dia 30 de novembro, em Teresina, do 50º Encontro do Colégio Permanente dos Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil.

Napoleão disse que "o encontro foi abrilhantado" pelos debates intensos em torno da reforma do Poder Judiciário, que está em discussão no Congresso Nacional. Segundo disse, os desembargadores encaminharam documento em que listam restrições e propõem alterações em relação ao tema. Eles solicitam, informou o senador, que não sejam alterados itens da Constituição referentes, entre outras questões, a tempo de serviço dos juizes e tribunais de pequenas causas.



Ademir Andrade defende o tratamento isonômico para todos os trabalhadores

— A condição de servidor público, por si só, não serve para justificar a aplicação de norma de conversão da moeda que acarrete perda real de vencimentos, lembrando que tal redução é vedada pela Constituição.

Para o senador, a solução para o impasse está na aplicação aos servidores públicos do mesmo tratamento dado aos trabalhadores da iniciativa privada, com a adoção de um sistema único de conversão da moeda com base na data do efetivo pagamento, evitando a redução dos vencimentos dos servidores.

A VOZ do CIDADÃO
VOCÊ LICADO NO SENADO FEDERAL

0800 612211
www.senado.gov.br
e-mail: cidadao@senado.gov.br

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo, Jonas Pinheiro e Ricardo Santos